

Senhora Presidente da Assembleia Legislativa da RAA
Senhoras e senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores membros do Governo

Em primeiro lugar, quero saudar a Senhora Presidente da Assembleia Legislativa desejando-lhe as maiores felicidades no exercício das suas funções.

Saúdo e felicito igualmente todos os Senhores deputados.

Cumprimento também o Senhor Presidente do Governo e os restantes membros do executivo expressando sinceros votos de bom trabalho ao serviço da nossa Região.

Sra. Presidente, Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo

Em tempo de escassez de meios, de diminuição de receitas próprias e de inibição de recurso ao crédito, a negociação do próximo quadro financeiro plurianual europeu, a definição de políticas setoriais e respetivos normativos regulamentares

reveste-se duma importância acrescida e dum sentido estratégico excepcional.

Desde a nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia, há mais de 26 anos, os Açores têm sido diretos beneficiários dos valores europeus da liberdade, da democracia, da igualdade, da justiça social, da solidariedade e do combate pela coesão económica, social e territorial da Europa.

Temos usufruído de políticas vocacionadas para o reconhecimento das especificidades e da autonomia das regiões europeias caracterizadas por um menor desenvolvimento social e económico.

E Ganhamos a condição de Região Ultraperiférica da Europa, com estatuto definido no Direito Primário da União.

Queremos continuar a contribuir para a afirmação da União Europeia, com as nossas potencialidades, desde o mar ao ambiente, à biodiversidade, às energias alternativas ou aos produtos agrícolas.

Mas, para que os Açores possam dar o seu contributo e para que possamos integrar o mercado único, em aprofundamento, necessitamos de medidas específicas e de derrogações ao direito comum.

Para vencermos as desigualdades, superarmos as nossas desvantagens estruturais de carácter permanente e as nossas desvantagens competitivas, necessitamos de fundos estruturais e de coesão, que nos permitam cumprir os objetivos da estratégia Europa 2020.

Vivemos num contexto económico e social de grandes dificuldades e constrangimentos que exigem uma solidariedade ativa entre todo o espaço da União.

Mas, essa solidariedade deve revestir-se de forma muito particular e ainda mais expressiva em relação às RUP, dadas as suas especificidades consagradas no Tratado de Funcionamento da União Europeia e ao facto dos efeitos negativos dessas especificidades se acentuarem em tempo de crise.

Nesse sentido, a importância dos fundos comunitários para o desenvolvimento dos Açores implica que se desenvolvam todos os esforços para que **se reforce ou no mínimo, se mantenha até 2020, o mesmo volume de fundos obtidos no período 2007-2013 e se mantenha a taxa máxima de participação financeira.**

Só assim será possível transformar os nossos condicionalismos em potencialidades e possibilidades de crescimento.

Só assim poderemos atingir os macro objetivos de crescimento inteligente, sustentável e inclusivo preconizados pela União Europeia para o pós 2013.

Sra. Presidente, Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo

No âmbito da política de coesão importa promover o crescimento, o investimento, a competitividade, a criação de emprego, a inclusão social, a proteção do ambiente e a qualidade ambiental.

Do mesmo modo impõe-se a redução das disparidades em matéria de livre circulação de pessoas e bens, a gestão sustentável dos recursos naturais, marinhos e agrícolas e a preservação da biodiversidade.

Os Açorianos devem beneficiar das vantagens do mercado interno europeu em pé de igualdade com outros cidadãos da EU por isso os Açores precisam de um POSEI com outra latitude que responda verdadeiramente ao que o Tratado de Funcionamento da União Europeia (TFEU) reconhece como desvantagens permanentes.

A maior dessas nossas desvantagens é a distância e a dispersão geográfica. Por isso precisamos de um POSEI/Transportes.

Um novo POSEI/Transportes, conjuntamente com o reforço do POSEI/Agricultura e do POSEI/Pescas são instrumentos base para que as Regiões Ultraperiféricas possam aceder em pé de igualdade à dinâmica pretendida da integração europeia e da competitividade.

Foi com desilusão que assistimos á tímida revisão do POSEI agricultura concluída a semana passada que infelizmente mantém as mesmas verbas para o sector do leite e da carne enquanto aumenta significativamente as verbas para o sector da banana.

Importa agora não descurar as negociações da nova Política Agrícola Comum.

A PAC deve ser uma importante política de proximidade e de integração e não deve perder de vista estes objetivos, pois só assim reconhece as especificidades de Regiões como a nossa.

Compete-nos lutar pois, lutar por uma Política Agrícola Comum

que mantenha o controlo público da produção através das **quotas leiteiras,**

que **regule as relações contratuais ao longo da cadeia alimentar** reequilibrando a relação de forças a favor dos produtores,

que garanta uma **maior subsidiariedade às Regiões,** que permita uma profunda **simplificação processual**

e que **evite uma continuada política comercial externa onde a agricultura é a “moeda de troca” para exportação de serviços e produtos industriais para países terceiros.**

No âmbito da reforma da Política Comum de Pescas, convém lembrar as recentes decisões do Conselho Europeu das Pescas que trouxeram importantes conquistas há muito reivindicadas pelo setor açoriano de pescas.

A introdução do conceito de zonas biogeograficamente sensíveis, com acesso condicionado às frotas locais e a artes de pesca amigas do ambiente, como estratégia para obter uma restrição do acesso às águas açorianas para além das estipuladas 100 milhas é uma conquista para os Açores que começou aqui e na Região, em 2007 que finalmente foi aprovado no âmbito da reforma da Política Comum de Pescas.

Isto significa que temos de ser criativos e saber persistir no que consideramos serem justas pretensões para os Açores.

Sra. Presidente, Srs Deputados, Sr Presidente e Srs Membros do Governo

O próximo Quadro Comunitário de Apoio 2014-2020 tem que ser convenientemente preparado e devidamente acompanhado em Bruxelas para garantir o sucesso das negociações.

Por outro lado, deve ser reforçada a presença dos interesses locais, dos parceiros sociais e da sociedade civil no diálogo político e na execução da política de coesão.

É necessário privilegiar a eficácia na aplicação dos recursos e conseguir um melhor e necessário equilíbrio entre qualidade do investimento e a execução rápida dos recursos disponíveis.

Contrariamente ao que tem acontecido deve ser dada mais atenção aos resultados e ao seu impacto na vida das pessoas.

É tempo de dar valor ao setor privado, canalizar apoios financeiros para as empresas **através de instrumentos de financeiros, previstos na nova abordagem da política de coesão**, sem prejuízo da ajuda direta à competitividade da economia.

Neste contexto, a criação dum **Fundo de Investimento** de proximidade deve ser uma prioridade como forma de apoiar/salvar as empresas que são viáveis, e que enfrentam dificuldades conjunturais.

As empresas nos Açores atravessam grandes dificuldades económico-financeiras, que se têm vindo a agravar e que estão bem patentes no número significativo de insolvências e no crescimento acelerado do desemprego.

O Governo não deve competir com os privados, deve sim criar condições para que o setor privado ocupe o lugar primeiro no crescimento da economia e na dinâmica de criação de emprego e para isso deve colocar os recursos de que dispõe ao serviço da economia e não a economia ao serviço do poder público.

Do mesmo modo o Governo não pode querer ser o único ator neste teatro de negociações a nível nacional e europeu onde todos são necessários.

Esta é uma oportunidade que não se pode perder até porque pode não ser repetível, por isso é tempo de juntar esforços, enfrentar os desafios e fazer vingar as nossas pretensões em nome dos Açores.

Novembro de 2012

Berta Cabral